



*A Marcha de encerramento da Mobilização Nacional Indígena percorreu a Esplanada dos Ministérios exigindo Demarcação já*



© SELMA GOMES/ISA

Acampamento Terra Livre 2018 reuniu em Brasília mais de três mil indígenas de 100 diferentes povos. [p.2](#)



© LILIO CLARETO/ISA

## **Semana do Extrativismo valorizou os velhos e inspirou os jovens**

Tecidos encauchados e mantas de borracha foram tratados em uma das oficinas da Semana do Extrativismo. Ao todo, 153 estradas de seringas foram reabertas na Terra do Meio (PA). [p.19](#)



© PLINIO BANWYA

## **Comunicadores indígenas avaliam seis meses de trabalho**

No Rio Negro, grupo compartilhou dificuldades e desafios para produzir o boletim de áudio Wayuri e distribuir via internet, radiofonia, rádio FM e compartilhamento via Bluetooth e ShareIT. [p.15](#)



© FLAVIA MUTRAN/AGÊNCIA PARA

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2ISjuYV> e  
<https://isa.to/2IRbnM0>

Com Sonia Guajajara à frente, participação feminina no ATL foi bastante expressiva

## Mulheres indígenas erguem suas vozes no Acampamento Terra Livre 2018

Foram elas que lotaram a tenda principal e abriram o Acampamento Terra Livre (ATL) 2018, durante a Mobilização Nacional Indígena promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em abril, em Brasília. Lideranças de diversos povos falaram aos mais de três mil indígenas presentes, representando mais de 100 diferentes povos. Durante três horas na plenária de abertura, as mulheres indígenas se revezaram ao microfone para falar da importância de sua participação política, na luta pela terra, por saúde de qualidade e educação diferenciada.

No segundo dia os debates giraram em torno do cenário de retrocessos políticos e as estratégias necessárias para resistir à retirada de direitos. Lideranças indígenas e representantes de organizações de apoio e de movimentos sociais discutiram a conjuntura e suas consequências para os povos indígenas durante a plenária geral. A criminalização das lideranças foi um dos tópicos do debate. Paralelamente às atividades no Acampamento, os indígenas participaram de seminário na Câmara dos Deputados sobre a Ferrogrão, ferrovia que pretende ligar Sinop (MT) a Itaituba (PA) atravessando Unidades de Conservação e

Terras Indígenas sem ouvir as populações que serão diretamente afetadas pelo empreendimento (veja mais à página 4). Também acompanharam (<https://isa.to/2z8SRZ9>) o julgamento no Tribunal Regional Federal 1ª Região, que proferiu quatro decisões que contrariam o Parecer 001/2017, da Advocacia Geral da União (AGU), que inviabiliza as demarcações das Terras Indígenas (TIs).

Em especial, as decisões fragilizam o “marco temporal”, polêmica tese ruralista pela qual as comunidades indígenas só teriam direito às terras em que estivessem em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Incluída no parecer da AGU, a tese desconsidera o histórico de violências e expulsões sofridas pelos povos indígenas. A tradicional marcha de encerramento do ATL, na Esplanada dos Ministérios, foi marcada pelo asfalto pintado com um longo rastro vermelho, simbolizando o genocídio em curso contra os povos indígenas.

Para divulgar o ATL, o ISA lançou a animação *A Troca*, realizado pela produtora Vetor Zero e pela agência J. Walter Thompson Brasil. O objetivo foi mostrar que, depois de séculos de “troca injusta”, os povos indígenas seguem mais fortes do que nunca na sua resistência. **Veja em** <http://bit.ly/20tVmZG>

## STF considera constitucional grande parte do Código Florestal

O mais importante julgamento sobre meio ambiente da história do país, iniciado em setembro de 2017, chegou ao fim em fevereiro deste ano. O ISA fez parte do processo na qualidade de “amicus curiae”, o que permitiu apresentar petições e memoriais aos ministros e fazer uma sustentação oral no plenário do Supremo Tribunal Federal, defendendo a inconstitucionalidade da Lei da Vegetação Nativa (nº 12 651/2012), que revogou o Código Florestal de 1965.

Entretanto, de 23 tópicos analisados, questionados judicialmente, o tribunal considerou 18 constitucionais. Em alguns desses casos, o STF estabeleceu interpretações que pouco alteraram o sentido da legislação. Os ministros acataram apenas cinco pontos listados nas quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) apresentadas em 2013 pela Procuradoria-Geral da República e pelo PSOL contra a lei. Ou seja, eles corrigiram apenas pontualmente os retrocessos ambientais consolidados pela lei. Pesquisadores

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2ITQyzM>



© VINÍCIUS MENDONÇA/VASCOM/IBAMA

*Mata preservada na floresta do Jamanxim (PA)*

e organizações ambientalistas argumentam que a mudança da legislação foi um dos fatores responsáveis pela retomada das taxas de devastação da floresta na Amazônia, após 2012, depois de quase 10 anos de quedas sucessivas nos índices. A Corte referendou a anistia à obrigação de reflorestar e outras sanções para quem desmatou ilegalmente antes de 22 de julho de 2008. Também considerou constitucional a redução das Áreas de Preservação Permanente (APPs), fundamentais para a manutenção do abastecimento de água e energia e para prevenir desastres climáticos, como inundações e deslizamentos.

## Amazônia sem cana

Proibido há oito anos, o cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia voltou à baila em março debaixo de protestos de organizações da sociedade civil, de ambientalistas e também do setor produtivo. Um Projeto de Lei do Senado, de 2011, de autoria do senador Flexa Ribeiro, entrou na pauta, mas acabou não sendo votado. O ISA, organizações e movimentos sociais divulgaram nota de repúdio à proposta pedindo sua rejeição imediata. Se fosse votada e aprovada, poderia ampliar o desmatamento. Para dar lugar à lavoura, a pecuária seria empurrada para novas áreas, estimulando a devastação da floresta, a violência contra as populações locais, trazendo graves consequências à indústria de biocombustíveis no Brasil. O zoneamento da cana foi feito exatamente

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2IWrect>



© FLAVIA MITRANI/AGÊNCIA PARA

*Cultivo de cana na Amazônia amplia a devastação da floresta*

como resposta a ameaças de imposição de barreiras comerciais não-tarifárias às exportações de álcool do Brasil. Uma campanha ancorada no site do ISA, permitiu ao público assinar uma petição contra o projeto, pressionando o Congresso. Um vídeo explicava resumidamente as ameaças embutidas no PL.



© MÍDIA NINJA

*Alessandra Korap Munduruku participa de seminário na Câmara dos Deputados que discutiu a Ferrogrão*

## Xinguanos exigem ser consultados sobre a Ferrogrão

Lideranças indígenas do Xingu se reuniram com procuradores do Ministério Público Federal (MPF) em Brasília, em março, para discutir os impactos e estratégias de luta frente a EF-170, conhecida como Ferrogrão, empreendimento ferroviário que pretende cortar as bacias dos rios Xingu e Tapajós. Mesmo estando sacramentado pela Convenção 169 da OIT, do qual o Brasil é signatário, o direito à Consulta e Consentimento livre, prévio e informado continua sendo ignorado. Acaba acontecendo depois que os empreendimentos que afetam os territórios de povos indígenas e tradicionais já estão decididos, como foi o caso da hidrelétrica de Belo Monte. Os xinguanos exigem que seu direito à consulta seja assegurado antes que o projeto saia do papel.

A Ferrogrão, agora em pauta, com dois mil quilômetros de extensão, pretende ligar Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA), e consolidar, assim, o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. Segundo os estudos de Viabilidade Técnica publicados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT),

o traçado da Ferrogrão impactará ao menos 48 Áreas Protegidas, entre

Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Paralela à BR-163, a ferrovia deve acirrar conflitos fundiários e potencializar os impactos socioambientais da rodovia ainda latentes na região, além de promover novas mudanças no meio ambiente e no modo de vida dos povos que ali vivem. Em 2020, prevê-se que a demanda total de carga da ferrovia alcance 25 milhões de toneladas, número que poderá chegar a 42,3 milhões, em 2050.

Após intensa pressão dos indígenas e organizações parceiras, o diretor geral da ANTT, Jorge Luiz Macedo Bastos, se comprometeu, em audiência pública realizada em dezembro do ano passado, a fazer a consulta nos moldes da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entretanto, em seminário na Câmara dos Deputados e em audiência pública no Senado, realizados em abril, durante a Mobilização Nacional Indígena, o representante do governo federal, Tarcísio Gomes de Freitas, afirmou que o processo iria avançar mesmo sem a consulta. Em janeiro de 2018, o ISA encaminhou uma nota técnica à ANTT questionando as irregularidades do processo de participação social pela ausência de consulta e com relação aos custos socioambientais projetados, mas a agência não respondeu aos esclarecimentos solicitados.

### SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2IVfMgQ> e  
<https://isa.to/2IVPaws>

## Licenciamento ambiental continua ameaçado

Em março, o Projeto de Lei nº 3.729/2004, que praticamente desmonta o sistema de licenciamento que existe hoje no Brasil, voltou à pauta na Câmara. Os ruralistas seguiram pressionando pela aprovação do parecer do deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) sobre o PL.

O ISA e dezenas de outras organizações, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no entanto, reiteraram sua manifestação contra o projeto, deixando claro que não há entendimento em torno dele. Em 2017, Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, prometeu que só colocaria a proposta em votação se houvesse acordo entre as duas partes. Pereira, no entanto, nega-se a discutir o projeto. Uma plataforma online ancorou uma mensagem de protesto que podia ser enviada a Maia.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2z7FxUY>

O enfraquecimento do licenciamento ambiental



© ROGÉRIO ALVES/TV SERVIDO

*Enfraquecimento do licenciamento ambiental pode causar mais desastres socioambientais como o de Mariana*

trará consequências negativas, graves e diretas na qualidade de vida e no dia a dia dos brasileiros. Mais: amplia o risco de desastres ambientais como o de Mariana (MG), em 2015, e de Barcarena (PA), neste ano, por exemplo. De acordo com pesquisadores e ambientalistas, se aprovada, a proposta ruralista será o maior retrocesso da legislação ambiental em décadas. O ISA fez uma análise inédita sobre o impacto que as alterações vão causar às Terras Indígenas **(veja na página 22)**.

## STF veta redução de parques e reservas por Medida Provisória

Em abril, em votação unânime, por oito votos a zero, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o uso de Medida Provisória (MP) para alterar a categoria, reduzir ou extinguir Unidades de Conservação (UCs), como parques e estações ecológicas. De agora em diante, o governo não poderá mais diminuir ou desafetar essas áreas por meio desse instrumento legal, que precisa ser aprovado, no máximo, em 120 dias pelo Congresso, o que limita seu debate público.

O governo, porém, ainda tem a prerrogativa de enviar ao Congresso projetos de lei com o mesmo objetivo, conforme prevê a Constituição. A decisão do STF foi tomada no processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2zliDJV>

(ADI) 4717, movida pela Procuradoria-Geral da República (PGR), contra a MP nº 558/2012, do governo de Dilma Rousseff, que reduziu UCs em Rondônia, Amazonas, Pará e Mato Grosso para permitir a implantação das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Tabajara (RO), São Luís do Tapajós e Jatobá (PA), além, da regularização de produtores rurais. Recentemente, o governo Temer também tentou reduzir UCs no sudoeste do Pará, por meio das MPs nº 756/2016 e nº 758/2018.

Depois de muita pressão de organizações da sociedade civil, incluindo o ISA, Temer vetou a primeira MP integralmente e a segunda, parcialmente. O veto parcial manteve a exclusão de um trecho do Parque Nacional do Jamanxim para acomodar o projeto de construção da ferrovia conhecida como “Ferrogrão”.



© CARLOS ALVES MOURA

*Lideranças de comunidades quilombolas comemoram em Brasília a decisão da Corte*

## Quilombolas conseguem vitória histórica no STF

Foram seis anos de espera desde que o julgamento teve início em 2012. O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou, em fevereiro deste ano, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239 impetrada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), em 2004, contra o Decreto nº 4.887/2003, que regulariza a titulação dos territórios ocupados por remanescentes de comunidades quilombolas. Por dez votos contra 1, o tribunal declarou o decreto constitucional.

Ao ser recolocada na pauta do STF, em 2017, a ADI provocou grande mobilização da sociedade, puxada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas (Conaq) com o apoio de organizações da sociedade civil, o ISA, entre elas. Artistas se dispuseram a gravar vídeos com mensagens pedindo ao público que pressionasse o STF pela rejeição da ADI. O movimento foi incansável e não desanimou em momento algum, já que o julgamento foi paralisado algumas vezes. A petição que ancorou a campanha #Nenhumquilomboamenos, hospedada no site do ISA, alcançou mais de 100 mil assinaturas, entregues ao STF. O

decreto é considerado um avanço no reconhecimento do direito à terra dessas

populações e a decisão foi uma derrota do governo de Michel Temer, da bancada ruralista, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 2012, o ministro Cezar Peluso acatou integralmente a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a norma. Peluso foi o relator do caso e já se aposentou. Em agosto de 2017, Dias Toffoli considerou o decreto constitucional, mas acolheu parte dos argumentos. Em fevereiro de 2018 Gilmar Mendes seguiu a mesma posição. Os três defenderam a aplicação do “marco temporal” às titulações, tese ruralista pela qual só deveriam ter direito ao seu território comunidades que estavam em sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Afinal, foram voto vencido já que seis ministros manifestaram-se expressamente contra o “marco temporal”: Rosa Weber, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Celso de Melo. Vários deles repetiram que o “marco temporal” desconsidera o histórico de violências e remoções forçadas sofrido pelos quilombolas e que muitas comunidades não têm ou tiveram condições de entrar com ações judiciais em defesa de suas terras, de provar que foram expulsas ou que enfrentaram conflitos por causa delas, conforme determina a tese.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2lQHsdj>

## Câmara impede 'contrabando legislativo' que atropelaria consulta a indígenas sobre obras

A pressão da sociedade foi maior e o plenário da Câmara derrubou, no Dia Mundial do Meio Ambiente (5/6), o "contrabando legislativo" que pretendia restringir o direito de consulta dos povos indígenas sobre obras e medidas que os afetem.

A mobilização promovida pelo ISA e outras organizações da sociedade civil e da oposição durante semanas fez a diferença na votação. Os deputados aprovaram a Medida Provisória nº 820/2018, que lista medidas de assistência para os refugiados vítimas da crise venezuelana, sem o artigo 11, um "jabuti" - como são conhecidas propostas sem relação direta com o tema principal de uma MP. Nesse caso, o artigo alterava a legislação ambiental ao prever que comunidades indígenas afetadas por

obras deveriam ser ouvidas em, no máximo, três meses, a contar da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Determinava ainda que a Funai teria apenas um mês para autorizar a entrada de técnicos nas Terras Indígenas (TIs) para a elaboração de estudos ambientais, "a contar da data de apresentação do plano de trabalho pelo empreendedor".

A legislação atual não prevê um limite de tempo para a oitiva aos índios ou a autorização dos estudos. Para forçar a retirada do artigo 11, a oposição ameaçou com obstrução, e diante do impasse, os líderes partidários e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aceitaram excluir o "jabuti" que tinha como alvo acelerar a construção do linhão de transmissão que irá atravessar a Terra Indígena Waimiri Atroari, entre Roraima e Amazonas.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2AgYAfM>

## Modelos de sustentabilidade socioambiental

### Minidocumentário Antes da Chuva estreia em plataformas online

Premiado como melhor fotografia e selecionado para festivais, o minidocumentário *Antes da Chuva*, que aborda como jovens coletores de sementes da região do Xingu e Araguaia percebem as consequências das mudanças climáticas na lida do dia a dia, está disponível no YouTube, Vimeo e na plataforma Videocamp. Durante 20 minutos, jovens indígenas e assentados da agricultura familiar narram as dificuldades que precisam driblar para continuar a coletar sementes, fonte de renda e essencial na conservação e restauração dos recursos naturais.

O grupo de jovens foi acompanhado por um ano, em 2016, quando participou do curso Sementes Socioambientais, promovido pela Rede de Sementes do Xingu. Daí também resultou o livro *O*

**SAIBA MAIS E ASSISTA AO VÍDEO EM:**  
<http://bit.ly/2mjeQDc>



*A jovem coletora da Rede de Sementes do Xingu, Milene Alves, dá seu depoimento no minidocumentário*

*que será de nossas sementes?, Pesquisa intercultural sobre as mudanças climáticas no Xingu-Araguaia, publicado em 2017.*



© KARINA ARAÚJO/ISA

Amairé Kaiabi Suiá tira suas dúvidas com Ivã Bocchini, do ISA, durante plantão de Apoio a Iniciativas Comunitárias



© OWINHO TUVUKÁ/REDE DE COMUNICADORES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

Exercícios de mapeamento do território durante a oficina do PGTA, em Cachoeira do Machado

### Xinguanos colocam em prática Plano de Gestão Territorial e Ambiental

Informados da abertura de um segundo edital de Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC) no primeiro semestre deste ano, os índios que vivem no Território Indígena do Xingu (TIX), (MT), apresentaram projetos estruturados pelas próprias comunidades. A iniciativa é uma oportunidade que os povos do Xingu têm para implementar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), concluído e divulgado no final de 2016. O AIC – Apoio a Iniciativas Comunitárias – é uma parceria entre o ISA, a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), que representa os 16 povos do TIX, e a Coordenação Regional Xingu da Fundação Nacional do Índio.

Seu objetivo é estimular a execução de pequenos projetos com foco na soberania alimentar, fortalecimento cultural e desenvolvimento de alternativas econômicas. Em sua primeira edição, em 2017, 19 projetos de oito povos foram aprovados e estão em execução. Este ano, além da ampla divulgação do edital no rádio e internet, os diretores da Atix visitaram aldeias para apresentar o edital e o formulário de inscrição. Em seguida, os técnicos do ISA realizaram um plantão para que associações e comunidades tirassem dúvidas e uma vez aprovado o projeto, a comunidade ou

associação é responsável pela prestação de contas e confecção de relatórios.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2mnsa9I>

### No Rio Negro, PGTA's entram na reta final

Em abril, mais uma oficina de gestão territorial foi realizada, dessa vez nas Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro, na comunidade indígena Cachoeira do Machado, fronteira do Brasil com a Colômbia. Os 30 participantes vieram das comunidades Santo Baltazar da Cachoeira das Andorinhas, no Rio Traíra, Vila José Mormes e Desano, ambas no Igarapé Castanho, além dos moradores de Cachoeira do Machado.

A ausência de serviços públicos e a grande diversidade cultural foram aspectos destacados por todos. Do lado colombiano, vieram indígenas de Taraira e Puerto Lopez. Estiveram presentes ainda antropólogos, biólogos e representantes das instituições responsáveis pela elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) da região como a Funai, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o ISA, entre outros.

Todos reforçaram a necessidade de um enfoque transfronteiriço para as estratégias de gestão territorial e ambiental da região. Os PGTAs das sete Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro serão redigidos e validados esse ano em assembleias sub-regionais da Foirn e a publicação e divulgação acontecerá em 2019. A elaboração dos PGTAs tem o apoio do Fundo Amazônia, BNDES, Aliança pelo Clima, Horizont3000, Fundação Moore e Fundação Rainforest.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2mj1BT8>

### Produção do quilombo Porto Velho é certificada como orgânica

Os produtos das roças tradicionais do quilombo Porto Velho, no Vale do Ribeira (SP), foram reconhecidos pelo Ministério da Agricultura como orgânicos. São cerca de 50 tipos de frutas, legumes, grãos e verduras. A comunidade cadastrou-se como Organização de Controle Social (OCS), recebeu seus certificados e pode acessar programas governamentais de aquisição de

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2zTH55p>

alimentos – além de dizer com orgulho, em feiras locais, que tudo o que produz é definitivamente livre de agrotóxicos. Outras nove comunidades do Vale do Ribeira buscam o reconhecimento também. As roças quilombolas fazem parte do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola, em processo de tombamento como patrimônio imaterial brasileiro no Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

### Pesquisadores indígenas discutem a grande seca que atingiu o Rio Negro

Uma estiagem atípica nos três primeiros meses do ano causou perdas de cultivos nas roças, mortes de peixes em lagos e pequenos igarapés e até mesmo um evento inédito de chuva de granizo. Essa situação fez com que a Defesa Civil do Estado do Amazonas decretasse “estado de alerta” em três municípios do Baixo ao Alto Rio Negro (Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira). Dificilmente na região acontecem mais de 15 dias seguidos sem chuva, mas esse ano a rede de pesquisadores indígenas, os Aimas (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), 50 ao todo, registraram praticamente 40 dias seguidos de seca, com a maior parte do tempo de sol forte, e somente um dia com muita chuva.

No Rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro, foi registrada em março, pela primeira vez, uma chuva de granizo. Vídeos foram gravados pelos moradores e repassados à Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro. A chuva de gelo causou espanto na comunidade, sobretudo, porque ela caiu em meio a uma forte seca. O climatologista Antônio Nobre recebeu os vídeos do granizo e comentou: “Devido aos efeitos combinados do desmatamento e das mudanças climáticas, a cir-

**SAIBA MAIS E ASSISTA AOS VÍDEOS EM:**  
<http://bit.ly/2mq9lCY>



*Réguas que mede altura das águas do Rio Içana auxilia monitoramento dos Aimas*

culação atmosférica está mudando na Amazônia. Fenômenos como esse se tornarão mais comuns. Veja que estiagem prolongada e queda de granizo parecem incompatíveis, mas não são. Quando há muita poeira e fuligem no ar, e pouco vapor, as gotículas que se formam não são grandes o suficiente para caírem até o solo. Cada vez que esse processo se dá a nuvem cresce em altura. Quanto mais alto vá, mais frio o ar, e portanto maior a chance de se formar gelo, daí o granizo”, explicou o cientista, um dos maiores especialistas em clima no Brasil.

### Rede de sementes destaca desafio de alavancar restauração florestal

Em São Félix do Araguaia (MT), aconteceu em junho o 15º Encontro anual da Rede de Sementes do Xingu e a 4ª Assembleia da Associação Rede de Sementes do Xingu. Coletores urbanos, agricultores familiares e indígenas reuniram-se para compartilhar experiências e decisões. Nesta edição cresceu a participação feminina indígena e de jovens. A Rede, com pouco mais de dez anos, e a Associação, criada há quatro anos, exibem números expressivos: 568 coletores em 17 municípios, 14 assentamentos e 16 aldeias em quatro Terras Indígenas de sete povos diferentes.

No ano passado, 26 toneladas de sementes foram comercializadas, viabilizando a recuperação de 611 hectares de áreas degradadas na região das bacias do Xingu e Araguaia. A programação foi centrada no debate sobre experiências e oportunidades para a restauração ecológica, tecnologias, iniciativas de

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2uCB1kT>



Francisco Igliori Gonsales apresenta o balanço da Associação Rede de Sementes do Xingu durante o 15º Encontro

pesquisas aplicadas e qualidade das sementes. No quesito recuperação florestal, foram lembrados os desafios do Brasil para cumprir a meta de restaurar 12 milhões de hectares até 2030, conforme estabelecido em 2015 pelo Acordo de Paris. Outros desafios citados foram o fortalecimento das políticas públicas como mecanismos de pressão para alavancar o mercado de restauração florestal. Boas perspectivas foram levantadas lembrando que a demanda por sementes é inevitável, que o trabalho da Rede é fundamental e um exemplo a ser replicado.

### Do Vale do Ribeira vem a primeira muvuca para restaurar a Mata Atlântica

Em fevereiro, a Rede de Sementes do Vale do Ribeira, composta por quilombolas dessa região do Estado de São Paulo e apoio técnico do ISA, fez sua primeira muvuca de sementes produzida por comunidades com foco na restauração florestal da

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2uC8Edh>



Muvuca de sementes da Mata Atlântica foi exibida no Parque Villa Lobos, em SP

Mata Atlântica. Foi no evento Feira Viva, realizado no Parque Villa Lobos, em São Paulo.

A muvuca é uma mistura de sementes de diferentes espécies para se plantar de uma só vez, direto na terra, para formar florestas produtivas, agroflorestas, sistemas agrosilvipastoris e para a recuperação de áreas degradadas. Técnica internacionalmente conhecida como semeadura direta já é utilizada pela Rede de Sementes do Xingu que opera há 10 anos no Mato Grosso. Sementes de pororoca, pau-viola, juçara, aroeira-pimenteira, bacupari, entre outras espécies foram exibidas ao público. A demonstração feita por um técnico do ISA contou com uma explicação sobre a variedade de sementes, suas finalidades e funções para a restauração da Mata Atlântica. Ao final, as sementes foram doadas para os visitantes.

## Brasil ganha maior sítio de áreas úmidas do mundo

O anúncio foi feito em março, no Fórum Mundial da Água, em Brasília. Além de ampliar a área protegida marinha do Brasil em 16 vezes, o governo confirmou que o Rio Negro, no noroeste do Amazonas, passa a ter o maior sítio de áreas úmidas de importância internacional do mundo, com 11,2 milhões de hectares, com o título de sítio Ramsar.

A expectativa em relação ao Rio Negro é que o novo sítio atraia recursos da cooperação internacional para conservação, pesquisa e administração das áreas. Também espera-se viabilizar a gestão compartilhada das áreas. O desafio é grande, considerando a diversidade de figuras jurídicas das áreas protegidas, instâncias e níveis de governo envolvidos. O sítio abrange oito Terras Indígenas (TIs) e 16 UCs, entre áreas federais, estaduais e municipais. Há uma dúvida em relação a eventual inclusão no sítio de toda a extensão das TIs do Rio Negro. Trechos dessas áreas fo-

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2zj7J0d>  
e <http://bit.ly/2miKNf0>

## Yanomami comemoram aprovação de plano de visita ao Pico da Neblina

Falta pouco para que os Yanomami possam iniciar o ecoturismo ao Yaripo, como eles chamam o Pico da Neblina, ponto mais alto do Brasil. O projeto apresentado em julho de 2017, teve o plano de visita aprovado em maio pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e aguarda agora a aprovação da Funai para regularizar a atividade.

A elaboração do documento contou com ampla participação dos Yanomami da região de Maturacá (AM) em um processo desenvolvido durante quatro anos em parceria com o próprio ICMBio, Funai,



© ACERNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ANAVILHANAS

*Parque Nacional de Anavilhanas, no Rio Negro*

ram excluídos porque estão na faixa de fronteira do país. A Constituição determina que projetos e empreendimentos situados nessa região sejam analisados pelo Conselho de Defesa Nacional.

Em maio, a articulação para a gestão compartilhada do sítio Ramsar do Rio Negro, ganhou seus primeiros contornos com a realização de uma reunião para discutir a governança da área da qual participaram o secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), José Pedro de Oliveira Costa, técnicos do MMA, representantes da Funai, do ICMBio e do governo do Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira e em Manaus.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2mnY9H4>



© LUCAS LIMA

*Pico da Neblina visto desde a base, início da caminhada*

Exército, Secretaria de Turismo de São Gabriel da Cachoeira e o ISA. As expedições técnicas continuam para promover melhorias na infraestrutura e capacitação para os Yanomami, antes que o roteiro seja aberto à visita pública.

# Animação orienta comunidades a fazer o Cadastro Ambiental Rural

O ISA e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) produziram uma animação para orientar e informar as comunidades tradicionais sobre o CAR (assista em <https://youtu.be/ZLc24DLzwAg>).

O Cadastro Ambiental Rural é um instrumento previsto no Código Florestal para cadastrar todas as propriedades rurais no país. Há mais de um ano, representantes dos quilombolas, da sociedade civil e do Ministério Público Estadual do Pará negociam

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2mHBx11>

com o governo federal adequações necessárias ao cadastramento de ter-

ritórios tradicionais. Recentemente, a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) entrou nas conversas. Em outubro de 2017, o ISA e a CNPCT, com apoio do Observatório do Código Florestal, realizaram uma oficina com dezenas de representantes das comunidades. Como resultado, eles apresentaram ao governo propostas de ajustes do módulo e uma agenda para sua implementação. Poucas delas avançaram, daí a necessidade de prorrogar o prazo de entrega apenas para as comunidades tradicionais. O prazo geral do cadastro para todos os produtores e comunidades rurais foi postergado duas vezes e fixado para o final de julho.

## ISA organiza oficinas de gestão territorial e ambiental para quilombolas

O ISA foi contratado pelo Ministério do Meio Ambiente para executar um processo participativo de oficinas com quilombolas de oito regiões diferentes do Brasil, com o objetivo de discutir a gestão territorial e ambiental de seus territórios.

Durante o primeiro semestre deste ano, aconteceram sete oficinas em sete diferentes quilombos: Resex do Frechal (MA), Ribeirão Grande Terra Seca (SP), Pitanga dos Palmares (BA), Estivas (PE), Paiol de Telhas (PR), Brejo dos Crioulos (MG) e na cidade de Santarém (PA). Delas participaram cerca de 320 representantes quilombolas de 18 estados brasileiros, abrangendo os biomas Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Amazônia. Também estiveram presentes instituições públicas e parceiros locais.

A oitava oficina, prevista para acontecer no Quilombo Mesquita em Goiás, foi transferida, a pedido do Ministério do Meio Ambiente para a cidade de Brasília/DF, e não aconteceu devido a uma decisão política do movimento quilombola e pela ausência dos participantes. Foram apontados



*Quilombolas de Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais, participam da oficina territorial*

desafios, ameaças e experiências na gestão dos territórios e os quilombolas apresentaram proposições que resultaram em objetivos de cinco eixos temáticos: Integridade Territorial e Conservação Ambiental; Produção Sustentável, Alimentação e Renda; Ancestralidade, Identidade e Patrimônio Cultural; Educação e Formação; Organização Social. Os resultados das oficinas foram sistematizados e serão aprofundados na Oficina Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ) em julho, em Brasília/DF. A expectativa é que este processo seja mais um passo rumo a uma Política de Gestão Territorial e Ambiental (GTAQ) para os territórios quilombolas.

## Fim de semana com a família na floresta

Crianças e adultos brincaram juntos a biodiversidade brasileira no último sábado (30/6), no Mercado de Pinheiros, em São Paulo. Foi um ótimo jeito de começar o fim de semana em família: sentados sobre um tupé (esteira) com trançado Baniwa, curtindo música ao vivo, jogos de cartas, sorteios de livros, viajando para o Xingu por meio do filme em realidade virtual **Fogo na Floresta**, provando mingau de babaçu com cacau e caldo de cogumelo Yanomami.

Cerca de 100 pessoas passaram pelo evento livre e gratuito, chamado “O tamanduá, o cogumelo e outras histórias da floresta”. Realizado pelo ISA e o Instituto ATÁ, com apoio da União Europeia, foi dedicado ao público infantil. O pocket show do Planeta Oca abriu as atividades.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2lToRqO>

Teve o rap da ariranha, o rock dos biomas, e outras canções que fize-



© CLAUDIO TANARES/ISA

Nurit Bensusan, do ISA, apresenta a biodiversidade às crianças

ram as crianças bater palmas, dançar e cantar junto. Em seguida, foram lançados dois livros: o primeiro, dedicado às crianças, chama-se **Biodiversidade: tesouro real ou maldição tropical**, de Nurit Bensusan.

O segundo, uma coletânea de seis autores premiados, **Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade – a contribuição de povos tradicionais**, vencedor do Prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade em 2017, sobre os conhecimentos de manejo e cultivo das populações indígenas e tradicionais.

## Maloca de Itacoatiara Mirim reabre com festa

Centro de resistência cultural indígena de São Gabriel da Cachoeira, a Maloca finalmente reabriu em abril, no dia do Índio, depois de quase um ano fechada para reforma. A festa de inauguração foi conduzida por Mestre Luiz Baniwa. Com apoio do ISA, a Maloca promoveu uma campanha de financiamento coletivo na internet para captar doações para sua reconstrução.

Os R\$ 20 mil arrecadados foram suficientes para as obras, que contaram com o trabalho da comunidade e, sobretudo, do seu principal construtor, Mestre Luiz. Um festival cultural indígena foi organizado para receber a população da cidade e visitantes de fora. Nascido em uma comunidade Baniwa no Rio Ayari, seu Luiz

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2mq1e9j>



© MOISÉS BANUWA/REDE DE COMUNICADORES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

Caxiri, quinhampira e mujeca foram oferecidos durante a celebração de reabertura da Maloca

migrou para a sede de São Gabriel da Cachoeira onde seu pai fundou a comunidade Baniwa de Itacoatiara Mirim hoje composta também por outras etnias, como Tukano, Tuyuka e Desana.



© MARCELO SALAZAR/ISA

*Os pedrais, habitats importantes para alimentação e reprodução dos peixes, já sofrem com a seca*

## Belo Monte e o desaparecimento de peixes na Volta Grande do Xingu (PA)

O alerta foi feito por cientistas em artigo publicado na revista *Biological Conservation*. Das 63 espécies endêmicas que são conhecidas na Bacia do Rio Xingu, 26 só existem nas corredeiras da Volta Grande. São aproximadamente 100 quilômetros de rio com uma riqueza de plantas e animais incalculável, além de ser morada de centenas de famílias ribeirinhas e abrigar duas Terras Indígenas.

Como o pulso de enchente e vazante será profundamente alterado, por conta da hidrelétrica de Belo Monte, o nível da água não será suficiente para manter a nutrição da vegetação nas ilhas, nem para que a fauna aquática tenha acesso às áreas inundáveis, prejudicando sua reprodução, manutenção da biodiversidade e, por consequência, os modos de vida das populações que dependem do rio para viver.

A partir de 2019, quando a usina estiver com sua potência máxima instalada, a Norte Energia, empresa con-

cessionária de Belo Monte, deve implementar o Hidrograma de Consenso Ecológico, nome dado ao controle do volume de água que vai passar pela Volta Grande e o volume que será desviado para a produção de energia. O Ibama estabeleceu um rigoroso plano de monitoramento dos impactos derivados da vazão residual prevista no Hidrograma sobre a fauna, flora, água e sobre as populações que ali vivem.

A ideia é determinar o mínimo de água necessário para manter a vida na Volta Grande e, ao mesmo tempo, qual a quantidade máxima de água que a empresa pode usar para movimentar as turbinas instaladas. Porém o que o Hidrograma estabelece é muito aquém da vazão natural do rio e não leva em consideração questões relacionadas à sincronia do rio com a floresta que alimenta a fauna aquática e serve como refúgio para sua reprodução. Os pesquisadores fazem coro aos indígenas Juruna (Yudjá) da aldeia Miratu, que exigem que o hidrograma seja revisto.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2tnMACE>

## Rede de comunicadores indígenas do Rio Negro avalia seu trabalho

Depois de seis meses de atividade, a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, composta por 18 integrantes de oito etnias (Baré, Baniwa, Desana, Tariano, Tuyuka, Tukano, Yanomami e Wanano), realizou em maio o seu primeiro encontro, na maloca Casa dos Saberes, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), em São Gabriel da Cachoeira (AM). Na pauta, o debate sobre os desafios dessa pioneira rede de comunicação indígena, formada em 2017 para gerar informação nas terras demarcadas, produzindo e distribuindo suas próprias notícias feitas pelos correspondentes, locutores e editores indígenas.

Os jovens mencionaram a falta de infraestrutura, de apoio financeiro e de equipamentos próprios. Alguns utilizam celulares emprestados de parentes para gravar e enviar notícias. Em uma área de 11,5 milhões de hectares,

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2kUzCsc>

maior do que seis estados brasileiros, a carência de infraestrutura de comunicação, como telefonia celular, telefones públicos, radiofonia e internet, é o maior entrave ao trabalho da Rede. O levantamento dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das sete Terras Indígenas (TIs) do Médio e Alto Rio Negro, mostra que apenas 24,5% das comunidades possuem radiofonia e telefones públicos (orelhões) atendem a 8,5% das aldeias. O grupo produz mensalmente o boletim de áudio *Wayuri*, distribuído via internet (*Whatsapp* e *Soundcloud*), radiofonia, rádio FM e compartilhamento via *Bluetooth* e *ShareIT*.



© PLÍNIO BANIWA/REDE DE COMUNICADORES INDÍGENAS DO RIO NEGRO

*Comunicadores indígenas reunidos diante da maloca Casa dos Saberes, da Foirn*

## Escola Pamáali no Alto Rio Negro precisa ser reconstruída

Referência na educação escolar indígena no Rio Negro, a Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali, na Terra Indígena Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, está fechada faz quase dois anos. Sem verba para custear obras e com recursos insuficientes para merenda e transporte, 107 jovens indígenas – dos ensinos fundamental e médio – ficaram sem aulas no local. Pioneira

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2mqKCjy>



© ANDRÉ ALBUQUERQUE/PRODIGO

ao inaugurar no ano 2000 um modelo inovador de ensino, com base na pesquisa intercultural e mesclando os conhecimentos tradicionais indígenas, a realidade cotidiana e os conhecimentos acadêmicos e científicos dos “brancos”, foi reconhecida pelo Ministério da Educação como instituição de referência em inovação e criatividade na educação básica no Brasil. A Pamáali atende alunos dos ensinos fundamental e médio de toda a região do Rio Içana.

Diante da gravidade do quadro, a Associação Conselho da Escola Pamáali (Acep), a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), com apoio do Instituto Socioambiental (ISA), lançaram em fevereiro uma campanha pública, que continua no ar, para angariar os recursos necessários para que a escola volte a funcionar em 2019. Ainda dá tempo de apoiar a Pamáali.

# Comunidade Canadá inaugura sua Casa da Pimenta

A Casa da Pimenta Takairo, na comunidade Canadá, no Rio Ayari, abriu suas portas em maio com muita festa. É a quinta unidade de uma rede de casas de beneficiamento da Pimenta Jiquitaia Baniwa, que hoje pontua os rios Negro, Içana e Ayari. Gerar renda com as pimentas foi uma demanda das mulheres baniwa, em 2005, durante a assembleia da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi). A partir daí, em passos pequenos, mas firmes, a cadeia produtiva da pimenta foi se estruturando. As vendas começaram tímidas, mas foram ganhando corpo e entre 2012 e 2017, foram vendidos 20 mil potinhos. A renda é repassada integralmente para as famílias produtoras e os gerentes da Rede de Casas da Pimenta.

Com esse trabalho, o salto comercial foi surpreendente e o produto avança de maneira consistente nos mercados nacionais e internacionais. Já faz parte dos cardápios de restaurantes estrelados como o D.O.M., de Alex Atala, e Maní, de Helena Rizzo, e é insumo para produtos inovadores, como o Molho de Pimenta Jiquitaia com Açaí Orgânica, da Soul Brasil, bem como da barra de chocolate com a pimenta, da Na’Kau.

As parcerias para novos produtos, desenvolvidas com apoio do Selo Origens Brasil, envolvem um termo de cooperação e repasse de parte do lucro das vendas para um

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2uNhqoS>



*Selma da Silva Lopes, co-gerente da Casa da Pimenta Takairo*

fundo de sustentabilidade Baniwa e Coripaco. Na Irlanda, a cervejaria Hopfully Brewery produziu a Baniwa Chili, um rótulo sazonal com abacaxi, hortelã e a pimenta. No acordo de uso de imagem, um contrato inédito de contrapartidas às comunidades foi estabelecido entre cervejeiros e indígenas.

## Lideranças indígenas participam de novo curso de mudanças climáticas e política

Vinte e seis lideranças indígenas, entre elas dez mulheres, de diversos estados da Amazônia brasileira participaram no início de junho, em Brasília, da primeira etapa da segunda turma do curso de formação sobre mudanças do clima e instrumentos para atuação política.

Promovido pelo ISA e pela Rede de Cooperação Amazônica (RCA) com apoio da Fundação Rainforest da Noruega (RFN), o curso terá dois módulos

presenciais, com aulas sobre mudanças climáticas e assuntos relacionados como os impactos sobre a biodiversidade e as águas, ministradas por professores universitários e pesquisadores. Além disso, os alunos desenvolverão atividades entre os módulos, relacionados às alterações climáticas já perceptíveis em seus territórios. O segundo módulo presencial deve acontecer entre os dias 13 e 20 de setembro.



© JULIANA RADLER/ISA

*Acampamento Yanomami na rua Dagoberto Pinder, onde a FVS apontou o maior registro de casos de malária. Ali não existe fornecimento de água, a coleta de lixo é precária e não há calçamento na via*

## ISA acompanha ações de emergência e ajuda a monitorar a malária em São Gabriel da Cachoeira

A explosão da doença na região e a situação de emergência decretada no município mais indígena do Brasil mobilizou a equipe do ISA em São Gabriel que integra, com outras instituições locais, a operação de emergência comandada pela Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) do Estado do Amazonas em busca de soluções para conter a epidemia.

Parceiro dos povos indígenas do Rio Negro há mais de 20 anos, o ISA está acompanhando as reuniões semanais na sala de comando e controle da operação, onde são divulgados os boletins epidemiológicos e passadas orientações de como a comunidade e as instituições podem colaborar no combate à epidemia.

Em editorial, o ISA parabenizou a equipe da FVS pela rápida e competente ação implantada no município, que resul-

tuou em um diagnóstico e um plano de trabalho com recomendações a serem seguidas pela Saúde Municipal. E dedicou esforços à comunicação do problema, engajando a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, composta por 18 jovens indígenas – trabalho desenvolvido pelo ISA com a Foirn – para a realização de um trabalho de conscientização da população. A campanha “A luta contra a malária é de todos nós” foi produzida pela Rede com a equipe da FVS e distribuída via áudio de whatsapp, rádios AM e FM, e uma rede de radiofonia que leva informação às comunidades mais distantes nas Terras Indígenas, fora da área urbana. Áudios gravados nas línguas indígenas co-oficiais (Baniwa, Nheengatu, Tukano e Yanomami) também estão sendo produzidos. Antes dessa operação educativa e informativa, a população de São Gabriel da Cachoeira não tinha ideia de que enfrentava uma epidemia da doença.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2ujpfMI>

# Quilombos do Vale do Ribeira são premiados por valorizar a agrobiodiversidade

Em junho, as 200 variedades agrícolas e medicinais catalogadas e todo o manejo das roças de 19 comunidades da região do Vale do Ribeira, em São Paulo, foram reconhecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em cerimônia em Brasília. Esse sistema de produção figurou entre os cinco premiados por serem exemplos de convivência com a terra, amostras da genuína cultura do campo em que natureza e comunidades se misturam e se confundem num jeito de viver especial.

A Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Pedro, de Eldorado (SP), recebeu R\$70 mil em nome das 19 comunidades quilombolas. Esse recurso será utilizado

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2uIHUb5>



*Dêbora Almeida, do quilombo São Pedro, Benedita Rocha, do quilombo Maria Rosa e Judith Dias, do quilombo São Pedro, na sede da Embrapa*

para a realização da 11ª edição da Feira de Troca de Sementes e Mudanças das Comunidades Quilombolas, além de apoiar mutirões e a construção de um paiol de sementes agrícolas. A equipe do ISA no Vale do Ribeira acompanhou as representantes quilombolas que foram à Brasília receber o prêmio.

## Ribeirinhos atingidos por Belo Monte exigem retomar seu território

Em fevereiro, o Conselho Ribeirinho do Xingu, formado por 22 pessoas que viviam onde hoje está o reservatório da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, apresentou à Norte Energia e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), respectivamente empresa concessionária e órgão licenciador da usina, um mapa com as áreas minimamente necessárias para iniciar um processo de recomposição da vida ribeirinha – após terem sido expulsos. Esse é um processo inédito na história da construção de hidrelétricas na Amazônia: uma população que foi desconsiderada pelo licenciamento da obra e no

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2mfr9Ra>

processo de construção da usina conseguiu ser reconhecida como atingi-



*Casas de ribeirinhos ficaram submersas com o enchimento do reservatório da usina*

da e, portanto, com direito a reparação. Ao todo, são aproximadamente 235 famílias ribeirinhas e 1.175 pessoas, que foram removidas compulsoriamente de suas casas e lutam para voltar ao Xingu.

O retorno dos ribeirinhos para a beira do rio, por meio de um reassentamento que garanta o acesso ao rio e ao reservatório principal da usina é um marco nos processos de grandes empreendimentos.



© LILLO CLARETO/ISA

*Marquinhos Xipaya coleta e carrega castanhas em um paneiro na TI Xipaya*

## Indígenas e beiradeiros traçam estratégias comuns de produção e comercialização

A V Semana do Extrativismo na Terra do Meio, no Pará, que aconteceu em maio, foi marcada por forte presença indígena, safra recorde de castanha e fortalecimento da produção de borracha. Os povos Xipaya, Curuáya, Xikrin, Yudjá e Arara uniram-se aos beiradeiros das Reservas Extrativistas Rio Xingu, Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio pela valorização do conhecimento tradicional, do extrativismo, da economia da diversidade socioambiental, da transparência e da autonomia. Evento anual, a Semana do Extrativismo mantém a construção de pontes de acesso entre a produção das comunidades e mercados justos. As edições anteriores foram realizadas nas Reservas Extrativistas do Riozinho do Anfrísio, Iriri e Xingu. Este ano, aconteceu em terra indígena— a Terra Indígena Xipaya, às margens do Rio Curuá. Mais de 150 participantes acompanharam as reuniões e oficinas que aproximaram horizontes comuns. Indígenas e beiradeiros uniram-se por uma estratégia comum de produção e comercialização para seus territórios. Borracha, castanha, óleos, farinhas e sementes florestais compõem a cesta de produtos que encontraram parceiros compradores

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2uMGMmQ>

que prezam pela sensibilidade, pela transparência, pela garantia de origem e pela qualidade.

O trabalho que vem sendo feito pela Rede de Cantinas da Terra do Meio foi um dos destaques da semana. As 22 cantinas - coletivos de beiradeiros, indígenas e pequenos agricultores organizados para a produção e comercialização de produtos dos povos da floresta - formam uma rede espalhada por essa região, tanto em Terras Indígenas como Reservas Extrativistas. São oito miniusinas de processamento e 44 paiois de estocagem. Há ainda nove casas da borracha e 153 estradas de seringa reabertas. De 2009 a 2018, as cantinas já acumulam um capital de giro que passa dos R\$ 500 mil. O futuro, desenhado durante a Semana do Extrativismo, promete mais. Além de listadas ações, melhorias e aquisições— como a implementação de três novas miniusinas, a criação e impressão de novos rótulos para os produtos da marca coletiva *Vem do Xingu*, reformas em cantinas e barracões e compra de moedores, embaladoras e calandras para os seringueiros -, os principais desafios são os de integrar os investimentos na região e ampliar a capacidade de desenvolver novos produtos através das parcerias entre comunidades e empresas.

## De olho nos desmatadores do Xingu

Nova tecnologia desenvolvida pelo ISA, o Sirad X, Sistema de indicação por radar de desmatamento na Bacia do Xingu, consegue enxergar destruição na floresta mesmo com nuvens e debaixo de chuva. Desde janeiro estão sendo publicados e divulgados boletins mensais com os resultados do desmatamento detectado. Confirmou-se, assim, que o ritmo de desmatamento no Xingu vem aumentando vertiginosamente por conta do avanço da agropecuária, grilagem de terras, grandes empreendimentos, garimpo e roubo de madeira. Em seis meses de monitoramento foram derrubados quase 70 mil hectares de floresta.

As áreas desmatadas, detectadas por monitoramento remoto, necessitam ser validadas e por isso, a equipe do ISA realiza sobrevoos para verificar essas informações in loco. Antes do Sirad X, as intensas chuvas do inverno amazônico - de setembro a maio - impediam que os satélites monitorassem as alterações no solo. Justamente nessa época muitos aproveitam para destruir a floresta e evitar a fiscalização, pois acreditam que ninguém consegue enxergá-los. Com o Sirad X isso mudou e tornou-se possível monitorar a região durante o ano inteiro.

O ISA, com organizações dos Kayapó como o Instituto Kabu, a Associação Floresta Protegida e o Instituto Raoni, compõem a Rede de Monitora-



© JUAN DOBLAS/ISA

*Na Terra Indígena Kayapó são cerca de 700 garimpos ilegais*

mento Territorial do Xingu. Eles estão participando de formações para consolidar o uso dessa nova ferramenta de monitoramento remoto em seus territórios de atuação. Na Terra Indígena Kayapó os garimpos ilegais não param de se multiplicar – são cerca de 700 registrados pelo Sirad X.

### Enquanto isso no Riozinho do Anfrísio...

Mais de 200 quilômetros de estradas foram abertos ilegalmente na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, na Bacia do Xingu, no Pará, para extração de madeira em 2017. O avanço do saque madeireiro se dá em áreas intocadas - locais ricos em recursos naturais, como a copaíba e com indícios de presença de indígenas isolados – além da exploração das madeiras de lei, provocando conflitos e intimidando a população.

O roubo de madeira não é novidade, mas o aumento extensivo das estradas que escoam o produto preocupa. O monitoramento realizado pela Rede de Monitoramento Territorial do Xingu, em parceria com os ribeirinhos que vivem às margens dos rios da Terra do Meio detectou aumento de 277% em comparação com 2016. Baseado em informações de campo, imagens de satélite e sobrevoos, o ISA estima que mais de 23 mil metros cúbicos de madeira de altíssimo valor podem ter saído da Resex em 2017.

### O que é o Sirad X

O Sirad consiste em uma série de algoritmos que processam informações do Satélite Sentinel-1. Ele roda em uma plataforma chamada Google Earth Engine (GEE), que processa grandes quantidades de informação. A equipe do ISA examina cada local da bacia para procurar anomalias nas imagens produzidas.

#### SAIBA MAIS EM:

<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/de-olho-nos-desmatadores>

SAIBA MAIS EM:  
<http://bit.ly/2uG9q96>

## Novo mapa traz mais informações e melhorias sobre TIs e UCs

A equipe do Monitoramento elaborou um novo mapa do Brasil com foco especial nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com informações que impactam essas áreas como: focos de incêndio, desmatamento, energia e mineração entre outras.

O mapa integra bases cartográficas de diferentes escalas (Amazônia: 1:100 mil e Brasil: 1:250 mil), novas estruturas de bases cartográficas de bacias hidrográficas e vegetação. Novas ferramentas melhoraram a busca de informações e as possibilidades de incorporação dinâmica em outros produtos digitais.



O mapa já foi integrado ao site Terras Indígenas no Brasil e também será a nova versão do site de UCs podendo ser acessado separadamente em <https://mapa.eco.br/v1/>

## Viagem pelos lugares sagrados dos Tukano nos rios Negro e Uaupés

Em nova parceria, o ISA e o Google Earth colocaram no mapa, de maneira interativa, as histórias de alguns dos lugares sagrados dos povos indígenas dos rios Negro e Uaupés, no noroeste amazônico. O Google entrou com a tecnologia e o ISA com a história tornando possível, assim, viajar pela região do Alto Rio Negro e conhecer a cosmologia dos povos Tukano, Desana, Piratapuaia, Tuyuka, Bará e Barasana, todas da família linguística Tukano Oriental. Partindo de Manaus, Rio Negro acima, o leitor pode navegar por 11 pontos na plataforma do Google Earth. Em cada um deles, uma história do tempo da criação do Mundo de acordo com os povos tukano.

O conteúdo é baseado no filme *Pelas Águas do Rio de Leite*, lançado em março, em Manaus, e que será exibido em São Paulo em agosto. Dirigido pela antropóloga Aline Scolfaro, pesquisadora do ISA, o filme retrata duas expedições feitas por conhecedores indígenas para visitar os lugares

**SAIBA MAIS EM:**

<http://bit.ly/2uLrgYi>



© ALOISIO CABALZANI/ISA

*Buraco na laje de pedra da cachoeira de Ipanoré, de onde emergiram os primeiros ancestrais dos tukano*

sagrados de seu povo e refazer a rota de origem de seus ancestrais. Ao longo de mil quilômetros, mais de 60 lugares sagrados foram visitados e quase 300 horas de gravações foram produzidas. Desses, 11 foram selecionados para o documentário, e replicados na história publicada no Google Earth.

**NAVEGUE NO GOOGLE EARTH:**  
<https://g.co/earth/altorionegro>

## Estudo do ISA mostra que PL do licenciamento ameaça Terras Indígenas

Análise inédita publicada em abril pela equipe do Monitoramento do ISA mostra que, no total, há pelo menos 223 Terras Indígenas (TIs) cujos procedimentos de demarcação ainda não foram concluídos e que estão ameaçados pelo Projeto de Lei (PL) dos ruralistas para alterar o licenciamento ambiental no país porque podem vir a ser desconsiderados em eventuais processos de licenciamento. Destas, 45 já possuem projetos de infraestrutura ou mineração planejados ou em operação.

O levantamento expõe ainda os interesses econômicos e as empresas que podem se beneficiar com as mudanças da legislação. No total, são 42 projetos de infraestrutura e 193 processos minerários que, segundo o PL, deixariam de ter a exigência de parecer da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a aprovação. São hidrelétricas, linhões, rodovias e ferrovias que podem rasgar os territórios e afetar para sempre a vida dessas populações. Também foram identificadas invasões por fazendeiros, posseiros e grileiros em 65 terras. Alguns desses projetos, inclusive, só não foram efetivados ainda porque a Funai entendeu que as áreas seriam afetadas de forma ilegal e, por isso, o órgão ambiental responsável deu parecer pela inviabilidade ou pela suspensão da licença.

A análise também traz o ranking das áreas que há mais tempo aguardam a

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2mqxtFB>



conclusão da demarcação. O PL do licenciamento é igualmente ameaçador para Terras Indígenas que estão na fila de demarcação há mais de 30 anos. O Decreto nº 1.775, de 1996, que institui as regras sobre demarcação das Terras Indígenas no Brasil, determina que a análise do Ministério da Justiça deve levar, no máximo, 30 dias.

Não é o que ocorre na prática. O levantamento do ISA identifica as Terras Indígenas que há mais tempo aguardam pela homologação. As campeãs, as TIs Aldeinha (MS), Capivara (AM) e Guapenu (AM), esperam há 33 anos a finalização do processo de demarcação.

## Site Povos Indígenas traz mais um depoimento Guarani

A série *Narrativas indígenas*, do site Povos Indígenas no Brasil, ganhou mais uma história. Kerexu Yxapyry, liderança Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC), relata em depoimento, dado durante o Acampamento Terra Livre 2017, os conflitos

recorrentes que seu povo enfrenta em seu território e evoca as lutas de seus

antepassados, exemplos da resistência Guarani. Esse depoimento vem se somar a outros publicados no fim de 2017 com as histórias dos guarani Thiago Henrique Djekupe (da TI Jaraguá, em SP) e de Leila Lopes, Guarani Nandeva, de Mato Grosso do Sul.

O site Povos Indígenas no Brasil (<http://pib.socioambiental.org>) agora pode ser visto em nova versão para celular.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2zIUFBp>

## Fundo Amazônia avalia dez anos de trabalho

Em junho, noruegueses, brasileiros e alemães se reuniram em Oslo para debater os dez anos do Fundo Amazônia. O evento foi parte da programação paralela ao Oslo Tropical Forest Forum, grande evento que o governo norueguês promove anualmente sobre florestas e clima. A Noruega é o país responsável por 93,3% dos R\$ 3,1 bilhões do Fundo.

No entender dos ministros do Meio Ambiente do Brasil, Edson Duarte, e da Noruega, Ola Elvestuen, o balanço nesse período foi positivo. Mas os ambientalistas fizeram ressalvas. “O Fundo avançou bastante, consegue reconhecer as populações locais como beneficiárias, mas teve uma estratégia de investir em projetos governamentais que canalizaram muitos recursos para ações que deveriam ser financiadas pelo orçamento público”, disse a coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA, Adriana Ramos, convidada a falar no evento.

Ela citou o dinheiro do Fundo destinado à fiscalização do Ibama desde 2016, como a maneira encontrada para compensar seguidos cortes orçamentários. “Não dá para o governo ficar numa



Adriana Ramos no telão, em participação no Fórum de Oslo

situação de conforto, de deixar o Fundo bancar o que não deveria bancar”, disse.

O ISA desenvolve um projeto para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas com apoio do Fundo Amazônia. Adriana também participou de um painel no Oslo Tropical Forest Forum sobre os desafios para se alcançar as metas globais para 2020 e 2030 assumidas em diversos acordos como o de Paris, a declaração de Nova York e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## Acervo digital do ISA está à disposição do público

Em dezembro, o ISA colocou à disposição do público seu acervo digital, resultado de duas décadas de catalogação e sistematização de informações. São 160 mil notícias, 16 mil documentos, fotos, mapas e publicações na íntegra, disponíveis para download, indexados por etnias, por categorias de população tradicional (caiçaras, quilombolas, seringueiros), por Unidades de Conservação, Terras Indígenas, biomas, bacias, temas, sub-temas e palavras-chave. Entre eles destacam-se biodiversidade, educação e saúde indígena, energia, estradas, etnografia, florestas, mudanças climáticas, recursos hídricos, recursos minerais, política socioambiental. A plataforma será atualizada com frequência e a documentação completa do acervo será disponibilizada conforme for sendo digitalizada.



## ISA e MPF fazem acordo com Ibama

O Supremo Tribunal Federal (STF) colocou um ponto final numa batalha judicial de 16 anos entre o ISA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e condenou o órgão federal a reflorestar áreas críticas devastadas da Mata Atlântica em Santa Catarina. O processo transitou em julgado, ou seja, não permite recurso. A decisão referenda sentença da Justiça Federal que reconheceu que o Ibama agiu ilegalmente ao autorizar o corte e transporte de árvores da Mata Atlântica ameaçadas de extinção no estado, como a araucária, símbolo do Sul do país.

A ação original foi proposta pelo ISA, em 2000, numa iniciativa articulada com a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA). Em janeiro deste ano, o Ministério Públi-

co Federal em Santa Catarina (MPF/SC) e o ISA firmaram acordo judicial com o Ibama, que se comprometeu a destinar R\$ 34 milhões em valores a serem arrecadados com multas para projetos de recuperação da Mata Atlântica no estado. A ação judicial buscou proteger espécies nativas da Mata Atlântica ameaçadas de extinção, que foram equivocadamente incluídas em autorizações para corte e manejo florestal em Santa Catarina.

As partes acordaram que o cumprimento do acordo ocorrerá por meio de dois editais de conversão indireta de multas, o primeiro em julho de 2018 e o segundo em julho de 2020, com o compromisso de ser iniciada a execução seis meses depois da abertura do edital. O MPF e o ISA deverão participar da comissão de análise e aprovação dos projetos financiados pelos editais.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://bit.ly/2mqi87P>



**RESERVE A DATA E PARTICIPE!**



**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL** Conselho Diretor: Jurandir Craveiro Jr. (presidente), Geraldo Andrello (vice-presidente), Deborah de Magalhães Lima, Marcio Santilli e Marina Kahn. Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

**BOLETIM SOCIOAMBIENTAL** Comunicação: Bruno Weis (coordenador). Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Isabel Harari, Letícia Leite, Oswaldo Braga de Souza e Roberto Santos Almeida. Ilustrações: Rubens Matuck. Projeto gráfico e editoração eletrônica: Ana Cristina Silveira.

**VISITE NOSSO SITE: [WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG](http://WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG)**

**ISA SÃO PAULO** Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua João Carneiro dos Santos, 149, casa 1, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.